

USO DE FITOTERÁPICOS NOS AMBIENTES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Thaís Rodrigues de Albuquerque¹, Izabel Cristina Santiago Lemos¹, Gyllyandeson de Araújo Delmondes¹, Irwin Rose Alencar de Menezes¹, Marta Regina Kerntopf¹

Resumo

No presente estudo objetivou-se realizar uma análise da bibliografia atualizada sobre o uso de fitoterápicos nos ambientes de promoção a saúde e avaliar a aceitação da população e profissionais da saúde em geral á esta terapêutica. A pesquisa foi pautada em uma revisão de literatura, realizada junto às bases de dados online Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os resultados obtidos, em uma amostra de 24 artigos, apontaram que a fitoterapia, apesar de implantada no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro desde 2006, pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, ainda é pouco conhecida pelos profissionais e usuários. A aceitação da fitoterapia na sociedade brasileira é amplamente esperada, o número de espécies de plantas medicinais aceitas pelo SUS tem aumentado e há crescimento no número de grupos de pesquisa voltados à prospecção de novas plantas.

Palavras-chave: Fitoterapia. Plantas Medicinais. Terapias Complementares.

THE USE OF PHYTOTHERAPICS IN THE HEALTH PROMOTING ENVIRONMENTS

Abstract

Research is an traditional literature review. The search for bibliographic material occurred in the online databases LILACS and MEDLINE. This study aimed to perform an analysis of the current literature about the use of phytotherapeutic in health promotion environments and evaluate the acceptance of the population and health professionals to this therapy. The final sample had 24 articles, they showed that the phytotherapy, though implanted in the Unified Health System (UHS) brazilian since 2006 under the National Policy of Medicinal Plants and Phototherapics, is still little known by professionals and users. The acceptance of phytotherapy in brazilian society is expected with enthusiasm. The number of species of medicinal plants accepted by UHS has increased and currently there is a greater number of research groups focused on the prospecting of new plants.

Keywords: Phytotherapy. Medicinal Plants. Complementary Therapies.

¹ Laboratório de Farmacologia e Química Molecular, Universidade Regional do Cariri, Crato-CE.
Autor correspondente: martareginakerntopf@outlook.com

Introdução

A biodiversidade brasileira vem sendo utilizada para fins terapêuticos desde os primórdios da humanidade, onde o ser humano, através da utilização das plantas medicinais, passou a buscar na natureza a cura de enfermidades e o alívio de sintomas prejudiciais à sua saúde (BORGES; CEOLIN; BARBIERI 2010).

Neste tempo, o uso dos vegetais era o principal recurso terapêutico utilizado para tratar a saúde das pessoas e de suas famílias. Com o passar do tempo, os avanços ocorridos no meio técnico-científico, novas maneiras de tratar e curar as doenças foram surgindo. Um exemplo dos medicamentos industrializados, que foram introduzidos na sociedade moderna através de campanhas publicitárias que prometiam curar as mais diversas doenças. Desde então, o uso de plantas medicinais vem sendo substituído pelos medicamentos alopáticos (BADKE, BUDÓ, SILVA, 2011).

Embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece que grande parte da população dos países em desenvolvimento depende da medicina tradicional para sua atenção primária, tendo em vista que 80% da mesma utilizam práticas tradicionais nos seus cuidados básicos de saúde e 85% destes utilizam plantas ou preparações destas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), os fitoterápicos são medicamentos obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais, desconsiderando aqueles que incluem na sua composição, substâncias ativas isoladas, sintéticas ou naturais, nem as associações dessas com extratos vegetais. Esses fármacos são elaborados a partir de uma planta medicinal alicerçada na tradição popular, sem evidências conhecidas de risco à saúde do usuário, cuja eficácia é validada por meio de levantamentos etnofarmacológicos de utilização, documentações tecnocientíficas e/ou publicações indexadas (BETTEGA et al., 2011).

Assim como qualquer outro medicamento, os fitoterápicos devem comprovar sua eficácia e segurança para uso, exigindo que procedimentos de controle de qualidade sejam estabelecidos em toda a sua produção, do plantio à droga vegetal ou fitoterápico pronto para o uso (SOUZA-MOREIRA, 2010).

A utilização da fitoterapia pela rede pública de saúde no Brasil visa o resgate da cultura tradicional do uso das plantas medicinais pela população, a ampliação do seu acesso, prevenção de agravos, a promoção, manutenção e recuperação da saúde, contribuindo para o fortalecimento dos princípios fundamentais do SUS (GONÇALVES; VILA; GERENUTTI, 2013).

A publicação da Política Nacional de Promoção da Saúde afirma o compromisso da gestão do Ministério da Saúde na qualidade das ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do Sistema

Único de Saúde. Neste sentido, a promoção da saúde é uma estratégia de produção de saúde, estando articulada às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro e contribuindo na construção de ações que possibilitam responder às necessidades sociais em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi aprovada por meio do Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006 constituindo parte essencial das políticas públicas de saúde, estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ampliando as opções terapêuticas aos usuários na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

A existência de uma política nacional para a fitoterapia no SUS tem grande importância para o país, pois incentiva à pesquisa voltada para as plantas medicinais e produção de fitoterápicos, priorizando a biodiversidade do país (BRASIL, 2011).

A opção por uma política nacional voltada para fitoterapia possibilita também aos profissionais de saúde diversificar as técnicas de tratamento; baixos custos financeiros do uso de plantas medicinais e fitoterápicos; menor incidência de efeitos adversos; facilidade de acesso às plantas medicinais; inserção cultural da fitoterapia nos usos e costumes da população; incremento da participação popular no SUS, resgate do conhecimento popular; criação de emprego e renda nos municípios que implementarem a fitoterapia, devido à cadeia produtiva que se estabelece para a produção das plantas medicinais e dos fitoterápicos (FIGUEREDO, 2011).

A implantação da Fitoterapia no SUS resultou em políticas públicas nacionais e estaduais, e em alguns programas municipais que estão em fase de implementação e têm suscitado reflexões sobre seu conhecimento e aceitação, pois no país a principal forma de medicina praticada era a alopática. Nesse contexto, com o presente estudo objetivou-se realizar uma análise de bibliografia atualizada sobre o uso de fitoterápicos nos ambientes de promoção a saúde, a fim de contribuir para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária, e através desta avaliar a aceitação da população e profissionais da saúde em geral a esta terapêutica.

Métodos

O estudo foi realizado no período de junho a outubro de 2014. Trata-se de uma revisão tradicional da literatura, referido por Rother, (2007) como sendo o tipo de revisão apropriado para

descrever e discutir criticamente o desenvolvimento de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual.

Para a seleção dos artigos incluídos na revisão, foi utilizada a internet como instrumento para acessar a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Na BVS foi realizada uma busca na base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Para a busca foram utilizadas as palavras-chave contempladas em Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “fitoterapia, plantas medicinais e terapias complementares”.

Os critérios selecionados para a escolha dos artigos foram: artigos publicados na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol; e publicados entre os anos de 2010 a 2014 nas bases de dados já determinadas. Os critérios de exclusão foram: artigos que não abordaram a temática da fitoterapia com foco no seu uso e prescrição nos ambientes de promoção à saúde, artigos que não discutiram o uso de produtos naturais como terapêuticos e artigos que não faziam associação com os descritores, logo não integravam a realidade do estudo.

Foram identificados 46 trabalhos, porém, após a leitura dos títulos, resumos e textos completos foram selecionadas 24 publicações de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão já citados. Os artigos selecionados foram analisados a partir dos pressupostos teóricos e de seus resultados, sendo elaborada uma síntese final que foi essencial para construção deste estudo (CASTELLANOS et al., 2011; SPADACIO et al., 2010).

Resultados e Discussão

Os estudos apontaram que no Brasil, a fitoterapia aparece na Atenção Primária à Saúde (APS) em cerca de 350 (trezentas e cinquenta) localidades (BRASIL 2012). Contudo, associa-se o uso familiar, popular e tradicional de plantas medicinais à pobreza e ou falta de desenvolvimento. Com isto, faz-se necessário investimento na educação permanente e popular nos serviços, considerando as necessidades que emergem no cotidiano do processo de trabalho das equipes da APS a partir do vínculo e interação com as comunidades, para inserção de novas estratégias de cuidado que possibilitem, também, uma descentralização do poder-saber científico (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013).

Segundo o estudo de Fontenele et al. (2013), dos 68 profissionais entrevistados em seu trabalho sobre o conhecimento de fitoterápicos durante a graduação e adjuntos do programa Estratégia Saúde da Família de Teresina-PI, 57,4% não tiveram contato com a fitoterapia em sua formação acadêmica na forma de uma disciplina específica ofertada dentro da matriz curricular de seus cursos.

Foram relatadas apenas experiências superficiais como: trabalhos e seminários, dentro de alguma disciplina; orientações de professores que incentivavam a fitoterapia, participação em palestras, oficinas, projetos de Extensão ou Pesquisa universitária; ou mesmo pelo interesse próprio em buscar informações em livros, revistas e artigos científicos. Dessa forma, os profissionais entrevistados têm limitações acerca do conhecimento sobre fitoterapia, que se confunde com cultura popular e conhecimento científico, e consequente dificuldade em difundir esta prática aos usuários.

A pesquisa de Machado (2012) demonstrou a necessidade de capacitação dos trabalhadores do SUS sobre terapias integrativas e complementares. A temática necessita ser explorada em atividades de educação, em algum espaço onde as diferenças conceituais de cada prática possam ser esclarecidas entre os profissionais.

Entre os participantes do estudo realizado por Rosa, Câmara, Béria (2011) verificou-se maior intenção de uso da fitoterapia entre aqueles que detêm maior conhecimento sobre o assunto, revelando a importância da capacitação dos profissionais, do investimento em programas de educação permanente, e desenvolvimento de material técnico, incluindo os estudos pré-clínicos e clínicos, como também da informação da validade de uso das plantas medicinais e/ou medicamentos fitoterápicos selecionados para compor um programa. A convergência das respostas dos participantes, apontando para as vantagens da inserção dessa prática na atenção básica à saúde, revela-se como um possível indicador de aceitabilidade da utilização dessa terapia no SUS pelos profissionais médicos.

No caso da pesquisa realizada por Cruz e Sampaio (2012), ainda quanto à aceitação de práticas alternativas e complementares na rede de saúde, apenas 18% dos profissionais de saúde posicionou-se contrária à inclusão dessas práticas, argumentando que os mais jovens não depositam total confiança nesses recursos alternativos e alegando também a necessidade de resultados científicos mais fidedignos acerca da eficácia do uso dessas terapias complementares.

Por outro lado, diante da insuficiência dos recursos humanos capacitados e do financiamento destinado, considera-se um desafio aos gestores públicos à efetiva institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no SUS, além de fatores culturais e científicos que frustram as tentativas de integração das PIC à biomedicina. É importante o estabelecimento de uma política, porém há carência de diretrizes operacionais para implantação das PIC, o que dificulta a consolidação dessas práticas, especialmente na APS (SANTOS; TESSER 2012).

A importância da fitoterapia na atenção primária à saúde está na perspectiva de promoção da saúde, enriquecimento das possibilidades terapêuticas para uso profissional (prescrição) e estímulo da interação entre usuários e profissionais de saúde. Sua inserção acontece a partir de motivações diversas,

como resgate de saberes populares, preservação da biodiversidade, educação ambiental e popular, agroecologia e desenvolvimento social. (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013).

O sucesso da inclusão da fitoterapia nos ambientes de promoção à saúde se baseia em quatro razões fundamentais: a disposição da clientela, que apoia e solicita este tipo de serviço; a visão de saúde dos médicos sanitaristas, que mostram uma abertura para este tipo de projeto; o amplo apoio proveniente de profissionais de saúde não médicos, que pretendem valorizar e ampliar a sua prática; e, finalmente, a própria perspectiva das medicinas alternativas e complementares, que se encontra em plena sintonia com a ênfase na saúde proposta pelo SUS (NAGAI; QUEIROZ, 2011).

Diante da biodiversidade brasileira, as pesquisas com teor experimental sobre fitoterapia, ainda são escassas, como mostra o estudo de Antonio (2012) que encontrou apenas 24 experiências analisadas e disponíveis na literatura científica sobre fitoterapia na APS. Isto sugere que há pouco interesse acadêmico sobre o tema e subvalorização do tema plantas medicinais no Brasil.

Também se considera importante à realização de estudos farmacológicos que comprovem ou não os efeitos das plantas utilizadas pela população, a fim de que o uso proporcione os benefícios desejados evitando danos à saúde (FEIJÓ; BUENO; CEOLIN, et al. 2012). A exemplo, a pesquisa de Rodrigues (2011), relata o uso indiscriminado de plantas medicinais por gestantes, que não sabem os possíveis efeitos embriotóxico, teratogênico ou abortivo desta terapia.

Desse modo, a busca por práticas integrativas e complementares relacionadas ao uso de plantas com possíveis propriedades medicinais, deve fomentar os estudos acerca da fitoterapia, de modo a ampliar o conhecimento dos profissionais e estudantes da saúde, auxiliando e tornando mais sólidas as bases de segurança e eficácia para implementação das práticas fitoterápicas no SUS (SANTOS; GUIMARÃES; NOBRE, et al., 2011).

Uma das fragilidades inerentes ao uso das plantas, diz respeito a forma de preparo inadequada, a procedência e o armazenamento impróprio, podendo comprometer a qualidade, as propriedades funcionais e os benefícios à saúde (FEIJÓ; BUENO; CEOLIN, 2012).

Os resultados demonstraram que os médicos não possuem conhecimento institucionalizado sobre o assunto; maior intenção de uso vincula-se ao conhecimento dos profissionais sobre essa modalidade terapêutica, decorrente da crença em sua comprovação científica (ROSA; CÂMARA; BÉRIA, 2011).

Segundo Thiago e Tesser (2011) a diferença de interesse entre os profissionais médicos e os enfermeiros pelas Práticas Integrativas e Complementares, possivelmente decorre do fato de que os médicos se apóiam mais e justificam sua prática profissional na biomedicina e seu arsenal medicamentoso, enquanto os enfermeiros poderiam desejar dispor de práticas não biomédicas para melhor atender seus pacientes.

A ampliação da área de trabalho dos profissionais da saúde é possível quando se incluem práticas de fitoterapia e uso de plantas medicinais que, são de conveniência acadêmica, socioeconômica e cultural, diversificando o atendimento dos profissionais que ainda estão pouco informados e preparados para lidar com esses recursos alternativos (BRUNING, 2012).

De acordo com Sampaio (2012) para a efetivação das estratégias fitoterápicas, necessita-se do apoio e esforço de todas as camadas do sistema de saúde, as informações precisam chegar os profissionais da saúde, para que eles busquem sempre o aprimoramento no atendimento e assistência a população sob uma visão holística e humanizada.

Para Marques; Vale e Nogueira falta divulgação e programas sociais que busquem apresentar ao público, principalmente, aos profissionais de saúde, em especial aos de medicina –, os benefícios que tais terapias podem trazer para a vida dos pacientes.

Conclusões

O uso de fitoterápicos nos ambientes de promoção à saúde advém do conhecimento empírico popular intergeracional sobre plantas com poder curativo. Tal conhecimento refletiu no interesse científico sobre estes produtos.

A criação da Política Nacional de Plantas Medicinais pelo Ministério da Saúde em junho de 2006 tem importância na melhoria da atenção à saúde da população e à inclusão social.

Os fitoterápicos são fonte de inovação terapêutica de baixo custo, visto que são frutos da biodiversidade brasileira. Sua importância na atenção primária se baseia no aumento dos recursos terapêuticos, resgate os saberes populares e promoção da educação e desenvolvimento social, além de melhorar a qualidade de vida dos usuários.

Os profissionais que oferecem esta terapêutica necessitam de capacitação para que passem informações seguras, diminuindo a visão crítica da população e promovendo a saúde, o cuidado autônomo e incentivo de ações de fitoterapia na atenção primária, o que traz uma participação da comunidade com as práticas de saúde.

A aceitação da fitoterapia pelos profissionais e usuários do SUS, é esperada com o tempo, pois o número de espécies de plantas medicinais comprovadamente eficazes e há crescimento no número de grupos de pesquisa voltados à prospecção de novas plantas e princípios.

Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri, ao Laboratório de Farmacologia e Química Molecular, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro e incentivo à pesquisa.

Referências

- ANTONIO, G.D.; TESSER, C.D.; MORETTI-PIRES, R.O. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, 2013.
- ANTONIO, G.D.; TESSER, C.D.; MORETTI-PIRES, R.O. Fitoterapia na atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 3, p. 541-553, 2014.
- BADKE, M.R.; BUDÓ M.L.D.; SILVA, F.M., et al. Plantas medicinais na prática do cotidiano popular. **Revista da Escola Anna Nery de Enfermagem** (impr.), v.15, n.1, p. 132-139, 2011.
- BETTEGA, P.V.C.; CZLUSNIAK, G.R.; PIVA, R, et al. Fitoterapia: dos canteiros ao balcão da farmácia. **Archives of Oral Research**, v. 7, n. 1, p. 89-97, 2011.
- BORGES, A.M.; CEOLIN, T.; BARBIERI, R.L., et al. La Inserción de las Plantas Medicinales en la Práctica de Enfermería: Um Creciente Desafío. **Enfermería Global**, Murcia (Espanha), 2010.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário **de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira**. Brasília: Anvisa, 2011. Disponível em <www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 14 out. de 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 10 p. (Série B. Textos básicos de saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, v.7).
- BRASIL. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica**, n.31, p.27-84, 2012.
- BRUNING, M.C.R. et al. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguazu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2675-2685, 2012.
- CASTELLANOS, M.E.P. et al. Evidências produzidas por pesquisas qualitativas sobre diabetes tipo 2: revisão da literatura. **Interface (Botucatu)**, v.15, n.36, p.257-73, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/aop4810.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.
- CRUZ, P.L.B.; SAMPAIO, S.F. O uso de Práticas Complementares por uma Equipe de Saúde da Família e sua População. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 15, n. 4, p. 486-95, 2012 .

FEIJÓ, A.M.; BUENO, M.E.N.; CEOLIN, T., et al. Plantas medicinais utilizadas por idosos com diagnóstico de *Diabetes mellitus* no tratamento dos sintomas da doença. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.14, n.1, p.50-56, 2012.

FIGUEREDO, C.A. Fitoterapia (texto didático). João Pessoa: **Núcleo de Estudo e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas**, 2011.

FIGUEREDO, C.A.; GURGEL, I.G.; JUNIOR, G.D.G., et al. A Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicas: construção, perspectivas e desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014.

FONTENELE RP et al. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2385-2394, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, N.M.T.; VILA, M.M.D.C.; GERENUTTI, M. Políticas de Saúde para a Fitoterapia no Brasil. **Revista Cubana de Plantas Medicinales**, v. 18, n. 4, p. 632-637, 2013.

MACHADO, D.C.; CZERMAINSKI, S.B.C; LOPES, E.C. Percepções de coordenadores de unidades de saúde sobre a fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares. **Saúde em Debate**, v. 36, n. 95, p. 615-623, 2012.

MARQUES, L.A.M.; VALE, F.V.V.R.; NOGUEIRA, V.A.S.N., et al. Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população são joanense. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v.21, n.2, p. 663-674, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicas. Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/bvs> >. Acesso em: 16 jul. 2014.

NAGAI, S.C.; QUEIROZ, M.S. Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1793-1800, 2011.

RODRIGUES, H.G.; MEIRELES, C.G.; LIMA, J.T.S., et al. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v.13, n.3, p.359-366, 2011.

ROSA, C.; CÂMARA, S.G.; BÉRIA, J.U. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 311-318, 2011.

SAMPAIO, L.A.; OLIVEIRA, D.R.; KERNTOPF, M.R., et al. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia. **REME • Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 77-85, 2013.

SANTOS M.C, TESSER C.D. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.11, p.3011-3024, 2012.

SANTOS, R.L.; GUIMARAES, G.P.; NOBRE, M.S.C., et al. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.13, n.4, p.486-491, 2011.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA-MOREIRA, T.M.; SALGADO, H.R.N.; PIETRO, R.C.L.R. O Brasil no contexto de controle de qualidade de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 20, n. 3, p. 435-440, 2010.

SPADACIO, C. et al. Medicinas alternativas e complementares: uma metassíntese. **Cadernos de Saúde Pública**, v.26, n.1, p.7-13, 2010.

THIAGO, S.C.S.; TESSER, C.D. Terapias complementares: percepção de profissionais da ESF. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 2, p. 249-257, 2011.



Recebido: 05/12/2014

Aceito: 11/12/2015